

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.844, DE 1997
(DO SENADO FEDERAL)

*Dispõe sobre a atividade de exploração
garimpeira e dá outras providências.*

I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, originário do Senado Federal tramita nesta Casa desde maio de 1997. É, indiscutivelmente, matéria do maior alcance social, que busca atender reivindicações dos maiores interessados no assunto - os garimpeiros -, desde que a Lei nº 7.805/89, se propôs alterar o Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 e criou o regime de permissão de lavra garimpeira, extinguindo o regime de matrícula.

A proposição organizada em 9 capítulos, define garimpeiro e garimpo, cuida da identificação profissional, do contrato de trabalho, da higiene e segurança de trabalho, da defesa e saúde do profissional do garimpo, da organização sindical, das cooperativas, meio ambiente e outras disposições.

Com isso se buscou corrigir a enorme injustiça provocada pela lei 7.805/89 que na prática acabou com o garimpo em nosso país, em favor das empresas mineradoras, esquecendo-se que a atividade do garimpeiro é tão velha quanto o Brasil e está umbilicalmente ligada ao seu passado, ao seu presente e ao seu futuro.

Em sua trajetória regimental a proposição, na forma da Redação final de fls. 29 a 32, dada pelo Senado Federal, foi encaminhada a esta Casa e distribuída à Comissão de Trabalho de Administração e Serviços Públicos; à Comissão de Minas e Energia e Constituição e Justiça e de Redação (nosso despacho de 17/12/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

O Projeto sempre mereceu a nossa atenção e recebeu nossa acolhida. Entretanto, entendemos que o Substitutivo oferecido pela CTASP, veio em boa hora aperfeiçoar o original (PLS nº 26/95 – 2.844/97 nesta Casa).

Em que pese ser ela uma lei muito bem feita e que procurou equacionar essa questão de forma senão definitiva, pelo menos duradoura, o fato é que, a partir de então, criou-se uma ponderável insatisfação por parte do garimpeiro, compreendido este no exato significado semântico : “*1. aquele que anda à cata de metais e pedras preciosas. 2. Aquele que trabalha nas lavras diamantinas; cristaleiro. In Novo Dicionário Aurélio, pág. 676*” exatamente por de ter extinguido o regime de matrícula, disciplinou o regime de permissão de lavra, adotando, em linhas gerais e intencionalmente o regime de associação e/ou de cooperativas, entendendo que este é o espírito da Lei Maior, fazendo ouvidos moucos aos apelos daqueles que entendem ser seu direito legítimo prosseguir nesse mister, individualmente.

Em defesa de suas preferências socorrem-se também da Constituição que diz em seu art. 5º, incisos XIII e XX : “ *é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.....*” e “ *ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.*”

Examinando o projeto, deparei-me com o Substitutivo aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público desta Casa, que entendi, vai ao encontro daquelas aspirações dos garimpeiros a que me referi acima e, por isso mesmo, tratei de escoimá-lo de algumas impropriedades atinentes aos aspectos que nos compete examinar nesta Comissão, quais sejam, os relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa.

Para tanto estou apresentando um total de sete (07) emendas, que espero ver aprovadas, sendo cinco, para harmonizar o substitutivo com a legislação em vigor (Lei 7.805/89 e Lei Complementar nº 95, de 1998, redação dada pela Lei Complementar nº 107/2001) e as demais, para adequá-la ao texto constitucional.

É o relatório.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

II- VOTO DO RELATOR

De todo o acima exposto, o nosso parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.844, de 1997, do Senado Federal, bem como do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, com as sete emendas que ora apresentamos, para que, no nosso entender, estará a matéria em perfeita consonância com os dispositivos constitucionais relativos à iniciativa (art. 61, *caput*, da CF), à competência legislativa da União (art. 22, I, XII e XVI, da CF) e aos aspectos de juridicidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, somos pela aprovação do Substitutivo com as emendas acima mencionadas.

É o voto.

Sala da Comissão, em de novembro de 2001.

Deputado Gerson Peres
RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO AO
PROJETO DE LEI Nº 2.844, DE 1997**

*Dispõe sobre a atividade de exploração
garimpeira e dá outras providências*

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao art. 2º do Substitutivo da CTASP o *inciso VII* com a seguinte redação:

“Art. 2º
.....
VII - em regime de matrícula.

J U S T I F I C A T I V A

O objetivo da presente emenda é restabelecer o regime de matrícula, suprimido pela Lei nº 7.805, de 1989, por entendermos que este é o verdadeiro, autêntico e tradicional documento de identidade do garimpeiro profissional e que se constitui no real passaporte para o exercício pleno da cidadania dessas milhares de pessoas que em todo o território nacional ganham o sustento e o dos seus familiares com a atividade de garimpagem das substâncias minerais permitidas pelo Decreto nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

Além disso, o restabelecimento do regime de matrícula é uma antiga e nunca abandonada reivindicação dos garimpeiros brasileiros, que se viram de alguma maneira prejudicados, desde o advento da Lei nº 7.805/89, a qual, alterando o Decreto nº 227/67, criou e disciplinou o regime de permissão de lavra garimpeira e extinguiu o de matrícula.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO AO
PROJETO DE LEI Nº 2.844, DE 1997**

*Dispõe sobre a atividade de exploração
garimpeira e dá outras providências*

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Substitutivo da CTASP o seguinte artigo:

“Art. 18. Fica revogado o art. 22, da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1988.”

J U S T I F I C A T I V A

Esta emenda se faz necessária para eliminar aspecto injurídico presente no substitutivo, já que em desacordo com o disposto no art.9º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina que a cláusula revogatória enumere expressamente as leis ou dispositivos legais que serão revogados pelo novo diploma, conforme redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001.

Por essa razão, com claro intuito de adequar o projeto aos ditames da juridicidade, como convém a este colegiado. Apresentei mais esta emenda, que espero, possa merecer a aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado Gerson Peres
PPB/PA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO AO
PROJETO DE LEI Nº 2.844, DE 1997**

*Dispõe sobre a atividade de exploração
garimpeira e dá outras providências*

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 3º e seu parágrafo único do Substitutivo da CTASP, renumerando-se, em consequência, os demais.

J U S T I F I C A T I V A

A fim de escoimar o projeto de um visível arranhão à Constituição Federal, entendi necessária a supressão dos dispositivos acima explicitados, já que o inciso XXXIII, do art. 7º da Lei Magna é taxativo: “*proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos*. Ora, não há como ignorar ser a atividade de garimpeiro uma atividade perigosa e insalubre, sobretudo aquela praticada em rios, dado o uso de mercúrio; mas a outra, envolvendo a escavação do solo, além do perigo constante de desabamento de barrancos e soterramento, também oferece inegáveis riscos à saúde e à integridade física do garimpeiro.

Daí nossa preocupação em assegurar que o citado mandamento constitucional seja observado com rigor, não permitindo qualquer brecha que possa eventualmente ensejar a burla e a exploração de menores.

Nesse sentido estou certo da acolhida da presente emenda.

Sala da Comissão, em de setembro de 2001.

Deputado Gerson Peres

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
PPB/PA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO AO
PROJETO DE LEI Nº 2.844, DE 1997**

*Dispõe sobre a atividade de exploração
garimpeira e dá outras providências*

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 4º do Substitutivo da CTASP, renumerando-se os demais.

JUSTIFICATIVA

Impõe-se a presente emenda por uma questão de técnica legislativa uma vez que o dispositivo ora suprimido, consta da emenda aditiva que o inseriu no item VII do art. 2º.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado Gerson Peres
PPB/PA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO AO
PROJETO DE LEI Nº 2.844, DE 1997**

*Dispõe sobre a atividade de exploração
garimpeira e dá outras providências*

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 1º do art. 5º do Substitutivo da CTASP a seguinte redação:

“Art. 5º

§ 1º *A permissão constará da matrícula do garimpeiro e será concedida e renovada de conformidade com o disposto nos arts. 2º a 5º da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989.”*

J U S T I F I C A T I V A

Tem esta emenda a finalidade de adequar a proposição ao disposto na legislação em vigor, que disciplina com muita justeza esse assunto, pelo que, entendemos ser oportuna a nossa intervenção de modo a saná-la de qualquer arranhão ao aspecto que nos cabe analisar que é, neste caso, especificamente, relativo à juridicidade, razão pela qual, confiamos em seu acolhimento por este colendo plenário.

Sala da Comissão, em de de 2001

Deputado Gerson Peres
PPB/PA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO AO
PROJETO DE LEI Nº 2.844, DE 1997**

*Dispõe sobre a atividade de exploração
garimpeira e dá outras providências*

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 2º do art. 5º do Substitutivo da CTASP a seguinte redação:

“Art. 5º

§ 2º *A matrícula, pessoal e intransferível, será feita em livro próprio do órgão federal do Ministério da Fazenda com jurisdição na área em que forem desenvolvidos os trabalhos de garimpagem e o respectivo certificado será por ele expedido gratuitamente, mediante solicitação verbal ou por escrito do interessado, devendo também ser registrado em livro próprio da Fazenda estadual e da Secretaria do Meio-Ambiente.”*

JUSTIFICATIVA

A presente emenda é um corolário necessário, em termos de técnica legislativa, à emenda aditiva que incluiu o inciso VII ao art. 2º do Substitutivo, pois trata da reintrodução do regime de matrícula como uma das formas e condições para a atividade de garimpagem e objetiva definir a cargo de quem ou de que órgão está a obrigação legal de fazer a matrícula do garimpeiro e a expedição do respectivo certificado. Ora, esse regime, anteriormente disciplinado pelo Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, era remetido, por sua própria natureza, à

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Exatoria Federal com jurisdição sobre o local da jazida a ser explorada, pois nesse regime dependia exclusivamente daquele órgão. O que estamos propondo, no momento em que se volta a instituir tal regime, é simplesmente atribuir ao órgão da Fazenda Nacional, na região da atividade garimpeira, por simetria com a antiga disposição, a responsabilidade pela matrícula e pelo certificado de matrícula.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado Gerson Peres
PPB/PA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
PPB/PA